O PLANEJAMENTO E A AUTONOMIA DOCENTE FRENTE À PLATAFORMIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL: O QUE DIZEM OS/AS PROFESSORES/AS?

Sophia Xavier dos Santos
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências
Maria José da Silva Fernandes
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências
Eixo 1 - Fundamentos Teóricos da educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
sophia.santos@unesp.br

Palavras-chave: Plataformização. Planejamento. Autonomia docente.

1. Introdução

O período que sucedeu a pandemia de Covid-19 tem sido marcado pela implementação da plataformização nas escolas estaduais paulistas. Tal movimento tem causado uma alteração de base técnica, em que, quanto ao trabalho docente, houve um deslocamento das atividades centrais – que envolvem planejamento e autonomia – para o cumprimento burocrático do preenchimento de plataformas, o que vai desde tarefas simples até a substituição da elaboração e de parte da execução das aulas pelo professor.

Segundo Libâneo (1990), o planejamento constitui um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar à problemática do contexto social. Nessa perspectiva, o planejamento docente pressupõe autonomia profissional para interpretar a realidade e elaborar práticas pedagógicas capazes de promover uma formação significativa considerando as necessidades concretas dos alunos.

Tais transformações interferem diretamente não só no planejamento docente mas também no processo de ensino e aprendizagem. Para Libâneo (1990), o processo de ensino consiste em uma sequência organizada de atividades desenvolvidas pelo professor e pelos alunos, visando à assimilação ativa dos conhecimentos e ao desenvolvimento das capacidades cognitivas. Nesse sentido, a natureza do trabalho docente, que antes residia na mediação intencional da relação entre aluno e conhecimento, encontra-se comprometida com a sobrecarga causada pelo cumprimento burocrático com as plataformas. Consequentemente, considerando que, ensinar e aprender, são duas facetas do mesmo processo (LIBÂNEO, 1990) a

aprendizagem dos estudantes também encontra-se prejudicada, uma vez que não se aprende onde não se consegue ensinar.

Ao alterar a relação fundamental do processo pedagógico que envolve a tríade professor-aluno-conteúdo (LIBÂNEO, 1990), tais medidas ampliam o risco de transformar as escolas estaduais mais em aparatos de contenção social do que em espaços formativos voltados ao desenvolvimento integral dos indivíduos.

Tendo em vista essas preocupações com o atual estado da educação pública estadual paulista, realiza-se a investigação cujos resultados iniciais são apresentados neste trabalho. O objetivo central é compreender as alterações na função social da escola diante da implementação de instrumentos de padronização e controle por meio da plataformização. Trata-se de uma pesquisa de Iniciação Científica que busca investigar como tem-se mantido a autonomia e o planejamento pedagógico frente à imposição das plataformas.

2. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório. A primeira etapa deu-se a partir da busca de bibliografia que circunda o tema proposto, além de um levantamento das plataformas digitais (em número de 32) e dos documentos oficiais que regem as transformações políticas e práticas realizadas nas escolas estaduais paulistas.

3. Resultados obtidos

No levantamento bibliográfico destacaram-se as notas técnicas elaboradas pela Rede Escola Pública e Universidade e pelo Grupo Escola Pública e Democracia, além de artigos específicos sobre a temática. O conjunto analisado permite afirmar, com apoio em Maldonado e Jacomini (2025) que:

> Esse cenário evidencia uma contradição inerente às políticas de digitalização, tal como vêm sendo implementadas: enquanto seus defensores e controladores prometem simplificar processos burocráticos e reduzir o tempo dedicado a tarefas administrativas, acabam, na prática, ampliando as demandas e intensificando as pressões sobre a equipe gestora. (MALDONADO, JACOMINI. p. 18, 2025).

A partir da leitura, também destacamos:

a) as políticas educacionais têm intensificado a precarização do trabalho docente, sobretudo pelas cobranças excessivas com o cumprimento de metas e indicadores de desempenho. A precarização se manifesta não apenas na burocratização do trabalho pedagógico, mas também na pressão sofrida pelas equipes gestoras responsabilizadas pelos resultados obtidos e pelos índices de utilização das

plataformas; além disso, os professores passam parte do tempo de ensino auxiliando os estudantes no preenchimento das plataformas.

b) a fragilização da autonomia docente com a condução do processo de ensino e aprendizagem pelas plataformas e pela reprodução de materiais padronizados pela Seduc-SP. O planejamento pedagógico crítico e contextualizado perde espaço para práticas mecanicistas voltadas ao cumprimento de metas quantitativas que comprometem não apenas a liberdade pedagógica, mas o próprio sentido da docência. A reduzida autonomia também tem alterado o trabalho da gestão, uma vez que, de acordo com o material consultado, em maio/2025, ao menos seis gestores efetivos haviam sido afastados devido ao baixo desempenho de suas unidades escolares nas avaliações, numa lógica de responsabilização individual incompatível com a complexidade do processo educativo.

c) a centralidade atribuída às plataformas digitais desloca o foco da aprendizagem intencional para o cumprimento de resultados quantitativos, produzindo um ambiente escolar pautado pela lógica empresarial. Dessa forma, projetos pedagógicos construídos a partir das necessidades reais dos estudantes acabam por ficar em segundo plano diante das demandas institucionais impostas pelo Estado.

4. Conclusões

Nesta discussão não se trata de nos colocarmos em oposição a inserção da tecnologia na educação, tampouco atribuir a elas, como técnicas, o papel de vilãs no processo educativo. O que buscamos problematizar é sua implementação impositiva, no âmbito de uma política de base empresarial, acompanhada de um discurso que apresenta as plataformas digitais como solução para os problemas estruturais da educação pública. Tal processo, sustentado por mecanismos de cobrança e culpabilização de docentes e estudantes quando não atingem as metas estabelecidas pela Seduc-SP, alteram características centrais do trabalho, como a autonomia e o planejamento didático-pedagógico. A questão é compreender como a autonomia e o planejamento docente são fundamentais para que o ensino e aprendizagem funcionem de forma humanizada, a fim de desenvolver, no aluno, não apenas aspectos cognitivos, mas também sua formação como um indivíduo social, capaz de transformar a realidade que o cerca.

5. Principais referências

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1987.

GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA [GEPUD]; REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU]. Plataformização e controle do trabalho escolar na rede estadual paulista [Nota Técnica]. São Paulo: Gepud / REPU, 03 jul. 2025.

Jacomini, M. A, Moutinho Junior, I. O., Andrade, W. M. de, Souza, O. M. de S., & Lavado, J. P. (2024). O avesso da Reforma do Ensino Médio na Rede Estadual Paulista. Arquivos Analíticos Políticas Educativas, 32(22). https://doi.org/10.14507/epaa.32.8270

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1990.